

A Educação Especial no Brasil após 1950

AULA 4

Meta da aula

Apresentar as principais iniciativas educacionais, para as pessoas com deficiência, a partir da metade do século passado.

Após o estudo do conteúdo desta aula, esperamos que você seja capaz de:

1. identificar o contexto da evolução da Educação Especial no Brasil;
2. reconhecer as principais iniciativas na área;
3. conceituar Educação Especial.

INTRODUÇÃO

Como você já deve ter observado, diferentes atitudes foram tomadas ao longo dos tempos em relação às pessoas deficientes.

No entanto, durante séculos, a ignorância, o medo, o preconceito e os tabus foram responsáveis por manterem afastadas do convívio social todas as pessoas com deficiência.

Os sentimentos que essas pessoas provocavam nos outros, e ainda hoje provocam, eram de vergonha, medo e incômodo.

Com a humanização das culturas, consequência das conquistas nos campos econômico, social, político e filosófico e, principalmente, com o advento da Ciência, as relações entre os indivíduos com e sem deficiência começaram a se modificar.

Até meados do século XIX, não houve preocupação com o aspecto educacional dos deficientes. A história da Educação Especial no Brasil nos mostra que o período compreendido entre 1800 e 1950 foi marcado por iniciativas isoladas, tanto oficiais quanto particulares, como a fundação do IBC e do INES, citados anteriormente. A proteção e o cuidado com essas pessoas, nessa ocasião, faziam parte, ainda, do caráter assistencialista.

Na época (1800 a 1950), o nível de escolarização da população era de 54 para cada mil habitantes (JANUZZI, 2004).

Marcos J. S. **MAZZOTTA** é paulista de Franca (SP) e nasceu em 1944. Mestre e Doutor em Educação e livre-docente em Educação Especial pela USP, atuou como docente em classes especiais de deficientes mentais e no ensino de 1º e 2º graus. Desde 1973, exerce a docência em cursos superiores na área de Educação Especial. É autor de diversos livros: *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas* (1999); *Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial* (1993); *Fundamentos da Educação Especial* (1982).

Somente no século XX, a partir da criação de instituições especializadas, pode-se considerar que tem início a educação dos deficientes, principalmente a partir dos anos 1950, quando várias iniciativas oficiais de âmbito nacional são implementadas. É sobre esse período que tratará esta aula.

Nessa época, foi significativo o número de ações governamentais caracterizadas, principalmente, por campanhas específicas para atendimento das pessoas com deficiência auditiva, visual e mental. Assim, a Educação Especial começou a aparecer no cenário educacional brasileiro de maneira mais efetiva.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Um estudo detalhado do período de 1957 a 1993, realizado por **MAZZOTA**, procurou compreender e explicar as propostas relativas à Educação Especial dessa época. O autor concluiu que havia “incoerências entre os princípios definidos nos textos legais e as propostas

consubstanciadas nos planos oficiais” (1999, p. 190). Para ele, isso se deveu à ausência de uma Política Nacional da Educação Especial.

Ao fazer essa análise, o autor já apontava que “uma das principais tendências da educação especial no Brasil tem sido a ênfase ao atendimento segregado em instituições especializadas particulares, em detrimento do atendimento educacional integrado nas escolas públicas” (p. 190).

Nesse cenário, uma das primeiras ações do Governo Federal ao assumir o atendimento educacional aos “excepcionais” – como eram chamadas as pessoas com deficiência – foi a criação de campanhas voltadas para esse público, buscando reverter a postura adotada até aquele momento.

Os principais eventos que marcaram a área de Educação Especial, desde a década de 1950, serão apresentados a seguir, de maneira cronológica.

1957 – Foi criada a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB). Instalada no Instituto Nacional de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, tinha por finalidade promover, por todos os meios, as medidas necessárias à educação e à assistência em todo o território nacional. A campanha poderia desenvolver ações de forma direta, ou por meio de convênios com entidades públicas ou particulares.

1958 – Foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, vinculada ao Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro. Dois anos depois, o nome da campanha foi alterado para Campanha Nacional para a Educação dos Cegos (CNEC) e ficou subordinada ao gabinete do ministro da Educação e Cultura.

Os objetivos dessa campanha e de todas as atividades desenvolvidas a partir dela eram oferecer oportunidades de atendimento educacional aos deficientes da visão. Entre as atividades, estavam incluídos o treinamento e a especialização de professores e de técnicos no campo da educação e reabilitação de deficientes visuais.

1960 – Por influência de movimentos liderados pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e pela Sociedade Pestalozzi, tem início, no Rio de Janeiro, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe).

A finalidade da campanha era promover, em todo o território nacional, a educação, o treinamento, a reabilitação e a assistência educacional das crianças “retardadas”.

Naquele momento, entendia-se por reabilitação o processo de tratamento de pessoas com deficiência que, mediante o desenvolvimento de programas terapêuticos específicos de natureza médica e psicossocial, visava à melhoria das condições físicas, psíquicas e sociais.

A reabilitação se caracterizava pela prestação de serviços especializados, era desenvolvida por uma equipe multiprofissional e realizava, também, atividades educacionais.

1971 – Com a aprovação da LDB (Lei nº 5.692/71) que, em seu art. 9º, previa “tratamento especial aos excepcionais”, foram muitas as ações desenvolvidas com vistas à implantação das novas diretrizes e bases para o ensino de Nível Fundamental e Médio. Nessa época, o título Educação Especial começa a se firmar em discursos oficiais. Enquanto o presidente Getúlio Vargas, em 1937, usava a expressão *ensino emendativo* para a referir-se ao ensino de pessoas cegas, fisicamente anormais, retardadas de inteligência, surdas e inadaptadas morais, o presidente Médici (1969-1974) utilizava a expressão *educação especial* em mensagens ao Congresso (JANNUZZI, 2004).

Além disso, dois documentos, do mesmo período, deram destaque à Educação Especial. O primeiro foi o Parecer nº 848/72, do Conselho Federal de Educação (CFE). O segundo foi a carta do presidente da Federação Nacional das APAEs, Dr. Justino Alves Pereira, solicitando a adoção de medidas urgentes para que o ensino e amparo ao excepcional também fossem dinamizados por ocasião da reformulação dos outros setores educacionais.

Os dois documentos se complementavam, e essa área passou a ser objeto de atenção do MEC e do Conselho Federal de Educação.

Enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61) dedicou um capítulo à educação dos excepcionais, a Lei nº 5.692/71 colocou a questão como um caso do ensino regular.

1972 – Um grupo de trabalho foi formado para delinear a política e as linhas de ação do Governo na área da educação de excepcionais. Esse grupo recebeu o nome de Grupo-Tarefa da Educação Especial.

O Grupo-Tarefa foi o responsável, entre outras coisas, pela vinda ao Brasil do norte-americano James Gallagher, o qual fez um relatório com propostas para estruturação da Educação Especial. Este relatório contribuiu para a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de um órgão central responsável pelo atendimento aos excepcionais no Brasil: o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp).

1973 – O governo Médici (1969-1974) criou o Cenesp com a finalidade de gerenciar a Educação Especial no Brasil e promover a expansão e a melhoria do atendimento às pessoas excepcionais, como eram chamados os deficientes naquela época.

Com a criação do Cenesp, foram extintas as Campanhas Nacionais, tanto para a educação dos cegos quanto para a educação e reabilitação de deficientes mentais. O acervo financeiro e patrimonial das campanhas assim como o acervo financeiro, pessoal e patrimonial do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Instituto Nacional de Surdos (INES), passaram a pertencer ao novo órgão.

1975 – Foi aprovada pelo Regimento Interno, na Portaria nº 550, de 29 de outubro de 1975, a organização, competência e atribuições do Cenesp.

A finalidade e a competência do Cenesp foram detalhadas no art. 2º, em seu parágrafo único, nos termos que se seguem.

O CENESP tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, no ensino de 1º e 2º graus, no superior e no supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta e os superdotados, visando a participação progressiva na comunidade e obedecendo os princípios doutrinários, políticos e científicos que orientavam a Educação Especial (MAZZOTTA, 1999, p. 56).

Inicialmente, o Cenesp teve sua sede no Rio de Janeiro, ao lado do Instituto Benjamin Constant, na Urca.

Em dezembro de 1981, a Portaria nº 696 aprovou um novo Regimento Interno e revogou o anterior. Basicamente, as mesmas competências e atribuições foram conservadas, sendo realizadas alterações

apenas na supervisão de suas atividades, que passaram a ficar sujeitas à nova Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus (SEPS/MEC). À organização administrativa, composta inicialmente de seis unidades, foi acrescida mais uma.

A Secretaria, ligada ao Ministério da Educação, manteve basicamente as mesmas competências e estrutura do Cenesp, com extinção apenas do conselho consultivo. Foram criadas algumas subsecretarias e uma coordenadoria.

1985 – Surge um novo órgão, a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), inicialmente ligado ao Gabinete Civil da Presidência da República. Após transitar por vários ministérios, a partir de 1995 a Corde se ancora no Ministério da Justiça.

1986 – No governo Sarney (1985-1990), o Cenesp é transformado em Secretaria de Educação Especial (Sespe), integrando a estrutura básica do MEC.

O Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos permaneceram como órgãos autônomos, vinculados à Sespe para efeitos de supervisão ministerial.

A sede da Sespe, com a coordenação geral, foi então transferida do Rio de Janeiro para Brasília (DF).

1987 – Pouco tempo depois da transformação do Cenesp em Sespe, enquanto o número de instituições privadas girava em torno de 847, as instituições públicas totalizavam 209.

As duas instituições atendiam a 159.492 alunos, sendo 88.688 nas públicas e 70.804 nas privadas. (JANUZZI, 2004).

1981 a 1988 – Nesse período de sete anos analisado por Mazzotta (1999), há um crescimento no número de alunos atendidos em regime segregado e uma diminuição do número de alunos em regime integrado. Segundo o autor:

(...) o princípio de integração tão repetido nos textos legais e nos textos oficiais do Ministério da Educação não tem passado de

mero instrumento de retórica, na medida em que a realidade do atendimento educacional reafirma a tendência da segregação dos alunos com necessidades educacionais especiais em Instituições Especializadas públicas e privadas (1999, p. 196).

Nas conclusões do autor ainda consta que,

até 1990 as políticas de educação especial refletiram, explicitamente, o sentido assistencial e terapêutico atribuído à educação especial do MEC. A partir de 1990, surgem indicadores da busca de interpretação da Educação Especial como modalidade de ensino (1999, p. 200).

1990 – Com a transferência do órgão de Educação Especial para Brasília, o poder político sobre a Educação Especial foi deslocado para a Capital Federal. Com a reestruturação do Ministério da Educação, foi extinta a Sespe, e as atribuições relativas à Educação Especial passaram a ser de responsabilidade da Secretaria Nacional de Educação Básica (Seneb).

Foi incluído nessa Secretaria o Departamento de Educação Supletiva e Especial (DESE).

1991 – Foi criada a Associação das Pioneiras Sociais (APS), entidade de serviço social autônomo, de direito privado e sem fins lucrativos. Essa instituição é a gestora da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação. A Associação tem como objetivo retornar o imposto pago por qualquer cidadão, prestando-lhe assistência médica qualificada e gratuita, formando e qualificando profissionais de saúde, desenvolvendo pesquisa científica e gerando tecnologia.



Para conhecer mais sobre a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, acesse o [site www.sarah.br](http://www.sarah.br)

O Censo realizado em 1991 mostrou que 59% da população com deficiência estavam situados na categoria “sem instrução” e apenas 11,64% dos deficientes completaram quatro anos de estudo (JANNUZZI, 2004).

1992 – Após a queda do presidente Fernando Collor de Mello, volta a ser Secretaria de Educação Especial – Seesp, com nova sigla e nova situação, agora na estrutura básica do MEC.



É importante observar as diferentes posições que a Educação Especial assumiu na estrutura administrativa do governo (MEC) em dois anos (1990-1992). Ora departamento, ora coordenação, ora secretaria, cada uma com diferentes implicações políticas e conseqüências particulares nos campos financeiro, administrativo e pedagógico, concorrendo muitas vezes para a ineficácia de ações a longo prazo e para a ausência de políticas públicas efetivas de acesso à educação.

1999 – O Ministério da Justiça cria, com o Decreto nº 3.076, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade que, entre outras competências, deverá zelar pela efetiva implantação e implementação da Política Nacional para a Integração das pessoas com deficiência e acompanhar o planejamento e execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, política urbana, entre outras, relativas às pessoas deficientes.

ATIVIDADE



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Para reconhecer as principais iniciativas educacionais para as pessoas com deficiência, a partir da metade do século passado, realize a seguinte atividade.

Faça um quadro com, no mínimo, 15 linhas e 3 colunas.

Coloque em cada coluna as seguintes palavras: Ano, Iniciativa e Órgão Responsável (preencha quando houver).

Preencha o quadro, sem consultar o texto, tentando se lembrar das ações educacionais que você acabou de estudar localizando-a no tempo (ano em que aconteceu), na iniciativa e no órgão responsável.

Assim, tente preencher o máximo de linhas em seu quadro.

Quando terminar, volte ao texto, corrija o que estiver errado e complete aquilo que, porventura, ficou faltando.

Em âmbito nacional, em 1989, há uma determinação oficial de se conhecer o número de deficientes no país – Lei nº. 7.853 de 24/10/1989, artigo 17, reafirmada no Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Cap. X, parágrafo único. Assim, nos Censos do IBGE de 1991 e de 2000, há um item específico para os deficientes.

Nos dois anos investigados, os índices foram muito inferiores aos apontados pela ONU, que seria de 10% nos países em desenvolvimento. Em 2000, a pedido da Corde e da Seesp, foi adotada uma nova conceituação das deficiências, e o Censo realizado nesse ano mostrou índices maiores aos adotados pela ONU, 14,48% de deficientes no Brasil, em uma população de 169.799.170 habitantes (JANNUZZI, 2004).

2001 – As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no artigo 2º determinam que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL. MEC/SEESP, 2001).

– O Plano Nacional de Educação – PNE –, Lei nº 10.172/2001, destaca que o principal avanço que a década da educação deveria produzir seria “a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

2003 – O MEC implementa o Programa Educação Inclusiva – o direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusos, promovendo a formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para garantir o direito de acesso de todos à escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

2004 – O Ministério Público Federal publica o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de disseminar conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

– O Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

2005 – O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngüe no ensino regular.

– A implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação –NAAH/S – em todos os estados e no Distrito Federal leva à organização de centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, para a orientação às famílias e a formação continuada dos professores, para garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino.

2006 – A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão.

2007 – O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE foi lançado tendo como eixo a formação de professores para a Educação Especial, a implantação da sala de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

2007 – Foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, elaborada por um Grupo de Trabalho nomeado por uma Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007.

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A partir dos movimentos mundiais e nacionais, ainda que de forma tímida, as principais iniciativas educacionais para as pessoas com deficiência, a partir da metade do século passado, apresentam uma mudança gradativa na maneira de compreender e de orientar procedimentos para o processo de escolarização dessas pessoas.

Da mesma forma, o entendimento conceitual sobre Educação Especial se modifica em cada momento da história, de acordo com a compreensão que se tem dessa forma de escolarização e de acordo com os objetivos e as diretrizes políticas estabelecidos em cada época.

Para compreender o significado da Educação Especial, é necessário ampliar-se as definições e, assim, entender todas as ações a serem realizadas decorrentes dos objetivos propostos. Sabe-se que à Educação Especial cabe o atendimento às necessidades educacionais formais do aluno que:

Por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente chamados de portadores de necessidades educativas especiais, classificam-se em: portadores de deficiência (mental, visual, auditiva, física e múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e portadores de altas habilidades (superdotados) (BRASIL. MEC/SEESP, 1994, p. 13).

Ainda segundo a Seesp/1994, a Educação Especial é:

Um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas e altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referências teóricas e práticas compatíveis com as necessidades específicas de seu aluno. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores do ensino. Sob o enfoque sistêmico, a Educação Especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (p. 17).

Assim, a Educação Especial deve ser vista como parte integrante do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior. Essa modalidade de educação é considerada um conjunto de recursos educacionais e estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

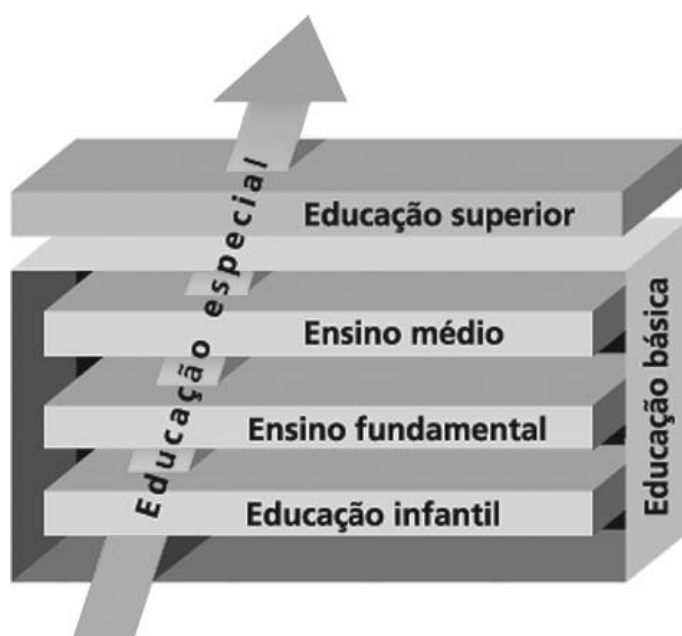
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, no seu art. 58, Capítulo V, que trata da Educação Especial, define:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais e que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial, e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Assim, a Educação Especial deve ser vista como parte integrante do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

Outra definição de Educação Especial:

A modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados “excepcionais”, são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de “alunos com necessidades educacionais especiais”. Entende-se que tais necessidades educacionais especiais decorrem da defrontação das condições individuais do aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida (MAZZOTTA, 1999, p. 11).



Em 2001, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001:

Por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 39).

Para a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007):

Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns de ensino regular.

Nos últimos anos, a expressão “Educação Especial” tem sido objeto de novas significações e, quando utilizada em documentos oficiais e em produções acadêmicas, vem quase sempre acompanhada de algumas ressalvas no sentido de que, para muitos, não seja concebida como um sistema educacional à parte, mas que, além do atendimento especializado, seja vista “como um conjunto de metodologias, recursos e conhecimentos (materiais, pedagógicos e humanos) que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade” (GLAT; BLANCO, 2008, p. 16).

Esse interesse e necessidade em ressignificar a Educação Especial acontece a partir do movimento da Educação Inclusiva como a proposta mais atual para a escolarização das pessoas com necessidades educacionais, junto com os demais alunos, na escola regular, todos em um mesmo espaço de convivência e de trabalho.



Com o advento do século XXI, tem-se ainda um considerável caminho a percorrer em termos de conquistas de espaços definidos legitimamente e ocupados no convívio com as pessoas com necessidades educacionais especiais. A diversidade atualmente é o maior desafio no trabalho educacional. Esse trabalho exige a garantia de direitos, de oportunidades e, principalmente, mudanças de mentalidade e de atitudes para com os deficientes ou pessoas com necessidades especiais.

CONCLUSÃO

A Educação Especial, após 1950, foi marcada por inúmeras estruturas administrativas. Se, em um primeiro momento, o serviço responsável pela Educação Especial era uma coordenação, logo a seguir passa a ser um centro e depois um departamento, até se tornar uma secretaria. Em cada mudança há implicações funcionais, financeiras e de competências educacionais. Atualmente, quando ensinar é visto sob o enfoque da inclusão, a Educação Especial ganha novos contornos e arquitetura em que, para alguns, é vista como utopia, enquanto para outros, um objetivo a ser alcançado a cada dia.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Após reconhecer as mais importantes iniciativas na área de Educação Especial, e a partir das definições de Educação Especial trabalhadas no texto, procure conhecer e identificar a estrutura de atendimento da Educação Especial em sua cidade. Procure responder quais são os serviços prestados a essa população e procure relacionar esses serviços aos diversos setores públicos e/ou privados nas diferentes áreas.

Assim, na organização da Educação Municipal, tente conhecer os órgãos ou setores administrativos, seus responsáveis e tipos de atendimento prestado à população e à rede educacional existente e, se possível, tente conhecer as áreas de atendimento e de serviços com os quais as pessoas deficientes ou com necessidades especiais podem contar.

Quanto mais informações você obtiver, melhor.

RESPOSTA COMENTADA

Se você, nesta pesquisa, conseguiu descrever a situação da EE em seu município, as principais instâncias e/ou órgãos responsáveis, as áreas desses órgãos – saúde, educação, cultura, assistência social, esporte, lazer –, os tipos de atendimento prestado à população e a rede educacional existente, passe para a próxima aula.

Caso você tenha encontrado alguma informação que considera importante para a compreensão do tema, procure destacá-la e volte ao texto para esclarecê-la.

RESUMO

O aspecto relevante é o fato de que uma pessoa sozinha não constrói obras sociais, mas quando homens e mulheres se unem com um objetivo único eles poderão desempenhar, nas palavras de Mazzotta, o importante papel de impulsionadores do desenvolvimento de organizações institucionais do atendimento aos portadores de deficiências e necessidades especiais (1999, p. 62).

Nesse contexto, a organização dos pais é que, historicamente, tem sido responsável por operar mudanças no atendimento das pessoas com necessidades especiais.

Atualmente, além da ação da família, foi incorporada ao movimento em prol das pessoas deficientes a ação dos próprios portadores de necessidades especiais que, como cidadãos conscientes, reivindicam seus direitos e garantias constitucionais.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

A seguir, você estudará leis e políticas públicas da Educação Especial.